

289ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet, devido ao contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), visando impedir o seu alastramento, não podendo ser realizada reunião presencial, o que traria aglomeração de pessoas contrariando o isolamento social, estabelecido conforme Decreto Estadual Nº 65.563, de 11 de março de 2021 e Decreto Municipal Nº 1422, 12 de março de 2021. Presentes à reunião os membros do Conselho Deliberativo: Roberta Alice Zimbres Franzolin, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Gilceli de Oliveira Ubiña, Ivy Monteiro Malerba, Rosemeire Maria de Jesus, Marcia Denise Gusmão Coelho e Ronaldo Cheberle. Ausente o Presidente do Conselho Marcus da Costa Nunes Gomes. Presente também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau e a Diretora Financeira Luana Moussalli Forcioni Guedes. O Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos principalmente nesse momento de crise sanitária e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de contas do mês de maio de 2021; 2) Alteração da Política de Investimentos 2021; e 3) Convênio Odontológico. Dando início à reunião o Presidente do CaraguaPrev retifica a Ata n.º 287, onde se lê: “*Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e um*”, passa a ser “*Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e um*”. Em seguida passou para os comunicados iniciais, primeiro informou sobre o Censo Previdenciário e Funcional, que foi publicado o Decreto Municipal n.º 1.462, de 18 de maio de 2021, e dispõe sobre recenseamento previdenciário e funcional obrigatório dos servidores públicos municipais titulares de cargos de provimento efetivo e ativos e dos aposentados e pensionistas, regulamentando o censo que ocorrerá no período de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021, de forma remota, através do site do CaraguaPrev, já estando capacitados todos os servidores dos Recursos Humanos de cada Secretaria da Prefeitura e da Câmara, FUNDACC e CaraguaPrev. Informou também aos Conselheiros sobre o pagamento de precatórios que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, dos valores de ações de natureza alimentar, ficando decidido e aprovado pelo Conselho Deliberativo o pagamento gradual ao longo do ano de 2021, obedecendo a ordem processual, assim, no dia 10 de junho foram pagos 03 precatórios no valor de R\$ 238.344,64 (duzentos e trinta e oito mil e trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), retirado do fundo de investimentos Itaú Soberano Renda Fixa IRFM 1, fundo

este que na data do pagamento estava com rentabilidade positiva. Após, informou que nos dias 16 e 17 de junho de 2021, às 17h a Câmara Municipal promoveu audiências públicas virtuais para discussão de projeto de lei, Lei Complementar 3/21, de autoria do Executivo Municipal, que altera a Lei Complementar nº 59, que dispõe sobre a reorganização do Regime Próprio de Previdência Social do município de Caraguatatuba e trata da alteração dos parâmetros para cálculo da taxa de administração dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos estados, Distrito Federal e municípios, conforme a Portaria nº 19.451 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Registre-se que o Instituto de Previdência do município de Caraguatatuba (CaraguaPrev) conquistou a certificação Pró-Gestão RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) Nível I da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) do Ministério da Economia. A certificação Pró-Gestão RPPS tem três anos de validade e o CaraguaPrev passará por uma avaliação contínua no período até a renovação. O Presidente passou a palavra para a Diretora Financeira, que informou que com a conquista do Nível 1 do Pró-Gestão, o Comitê de Investimentos elaborou o Relatório Mensal de Investimentos do mês, sendo este enviado a todos Conselheiros por e-mail e após aprovação será disponibilizado no site do CaraguaPrev. O relatório será feito e encaminhado todo mês para aprovação. Passado ao primeiro item da pauta que trata da prestação da Prestação de Contas do mês de MAIO de dois mil e vinte e um, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, assim como o relatório mensal dos investimentos, que foram analisadas e aprovadas as demonstrações financeiras, bem como os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução número três mil novecentos e vinte e dois do Conselho Monetário Nacional. Após a Diretora Financeira do CaraguaPrev apresentou o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2021 e os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que o mês de maio de 2021 obteve uma rentabilidade positiva, e descreveu o cenário macroeconômico, sendo que no mês de maio houve interrupção da tendência de queda no número de casos e óbitos de COVID-19, fazendo com que algumas cidades suspendessem o processo de flexibilização da medidas restritivas implementadas por conta da pandemia. Essa piora no panorama de disseminação da doença se

refletiu ainda no aumento do percentual de ocupação de leitos de UTI. A Taxa SELIC está em 3,50 % a.a. e a Inflação medida pelo IPCA acelerou de 0,31% (M/M) em abril, para 0,83% em maio, com esse resultado, o IPCA acumula alta de 8,06% nos últimos 12 meses. No cenário global em maio, houve uma queda importante nos novos casos da Covid-19 quando comparados com o mês anterior. Uma parte relevante dessa queda se deveu a um arrefecimento dos casos na Índia. Os EUA e a Europa também mostraram um maior controle da pandemia, com avanço expressivo das respectivas campanhas de vacinação. Já na América do Sul, a dinâmica da pandemia continuou gerando preocupações, com crescimento do número de casos em diversos países e ritmo de vacinação ainda lento. O maior controle da pandemia nas economias avançadas e a aceleração do ritmo de vacinação levaram ao aumento das projeções de crescimento para o PIB mundial neste ano e no próximo. No Brasil ainda pesa, o alto nível de infecções e mortes por Covid-19, com lentidão na produção e entrega de vacinas, atenção fiscal, constantes ruídos políticos, e a necessidade de aprovação de importantes reformas, tais como a reforma tributária e a administrativa, dentre outras. Como destaque, o risco fiscal voltou a preocupar os mercados, com uma possível rodada de mais dois meses de auxílio emergencial. Assim, após apresentação, a Diretora Financeira perguntou se algum Conselheiro tem alguma dúvida ou consideração e com a negativa a Prestação de Contas foi aprovada por todos os presentes. Em seguida passou para o segundo item da pauta que trata da alteração da Política de Investimento de 2021, pois os recursos alocados no Artigo 8º, Inciso I, alínea a, representavam 5,07% dos recursos totais do Instituto, assim a alocação está superior ao limite máximo estipulado em Política de Investimentos que é de no máximo 5%. O limite ultrapassado se deu resultante da valorização do Fundo de Investimento BB AÇÕES GOVERNANÇA FI (desenquadramento passivo), tendo em vista a rentabilidade expressiva do fundo no mês de 5,51% e no ano de 8,26%. Conforme trata o artigo 22 da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922/10 e alterações, trata que não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros. Assim, a fim de regularização fica aprovado pelo Conselho Deliberativo a alteração do limite superior em 10%, para os recursos alocados no Artigo 8º, Inciso I, alínea a. A Diretora encerrou a sua apresentação e passou a palavra ao Presidente do CaraguaPrev, que tratou sobre o terceiro item da pauta, que trata do Convênio Odontológico com a UNIODONTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, que será disponibilizado para os aposentados, pensionistas e servidores ativos vinculados ao CaraguaPrev. O Plano Essencial Corporativo da Uniodonto oferece cobertura integral para todos os procedimentos do Rol ANS (Agência Nacional de Saúde

Suplementar) de acordo com a regulamentação dos planos de saúde, lei 9656/98. Possui Cobertura nacional, com zero carência, livre escolha do cirurgião-dentista, ampla rede de atendimento, aprovação on-line de tratamentos, aplicativo Uniodonto SJC para smartphones, portal Uniodonto com área restrita para beneficiários, atendimento 24 horas para urgências e emergências, acesso a procedimentos fora da cobertura como próteses, implantes, clareamentos e ortodontia, com condições especiais de parcelamento e valor mensal fixo por beneficiário inscrito (titular e dependentes), assim, não há alteração de valores das contraprestações em decorrência da idade dos beneficiários. São considerados dependentes legais: cônjuge, companheiro (a), filhos, enteados, menores sob guarda e menores tutelados, netos e bisnetos, irmãos, pais, avós e bisavós, além dos agregados: tios, sobrinhos, sogros, genros e noras, cunhados, padrastos e madrastas. Passado as informações aos Conselheiros que foram favoráveis a formalização do convênio odontológico, após análise da possibilidade jurídica. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 25 de novembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 17h00min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Roberta Alice Zimbres Franzolin
Membro do Conselho Deliberativo

Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo

Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo

Gilceli de Oliveira Ubiña
Membro do Conselho Deliberativo

Ivy Monteiro Malerba
Membro do Conselho Deliberativo

Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificação: ANBIMA CPA-10

Ronaldo Cheberle
Membro do Conselho Deliberativo

Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10

Luana Moussalli Forcioni Guedes
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10